

Ano 10 nº 41 - Agosto de 2007

UFMG

MANUELZÃO

Saúde, Ambiente e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas



Não deixe de ler



Foto: Daniel Iglesias

FestiVelhas Jequitibá

Impactos vão além dos problemas auditivos...... 16

Parceria e patrocínio

10 anos de educação ambiental







Colaboração



















51 municípios da bacia do Rio das Velhas

Comitê da Bacia do Rio São Francisco

Expediente

Informativo do Projeto Manuelzão e de suas parcerias institucionais e sociais pela revitalização da bacia hidrográfica do Rio das Velhas.

Coordenação

Geral: Apolo Heringer Lisboa apolohl@medicina.ufmg.br

Meta 2010 e NuVelhas: Tomaz Matta Machado

Biomonitoramento: Marcos Callisto, Carlos Bernardo Mascarenhas e Paulo Pompeu

Recuperação vegetal: Maria Rita Muzzi e Nadja Horta de Sá Mobilização social e educação ambiental: Marcus Polignano e Rogério Sepúlveda

Comunicação Social: Elton Antunes Publicações: Eugênio Goulart e Letícia Malloy

Centro de Informação e Documentação: Carolina Saliba

Redação e Edição

Elton Antunes (MTb 4415 DRT/MG), Carolina Silveira (MTb 0011162 DRT/MG), Humberto Santos, Lívia Aguiar, Mariana Garcia, Matheus Jasper, Vanessa Veiga e Victor Guimarães Diagramação: Marcelo Graciano e Fred Aflalo (Atelier de Publicidade/UFMG)

Adaptação projeto gráfico: Calebe Asafe Bezerra Ilustração capa: João Paulo Tiago

Impressão: Posigraf

Tiragem: 100.000 exemplares

É permitida a reprodução de matérias e artigos, desde que citados a fonte e o autor. Os artigos assinados não exprimem, necessariamente, a opinião dos editores do jornal e do Projeto Manuelzão.

Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Medicina

Departamento de Medicina Preventiva e Social - Internato em Saúde Coletiva

Avenida Alfredo Balena, 190, 10° andar - sl. 10.012

Sta Efigênia - Belo Horizonte - Minas Gerais

Brasil - CEP: 30130-100 - Tel: (31) 3248-9818

www.manuelzao.ufmg.br

manuelzao@manuelzao.ufmg.br

Carta ao leitor

Vontade de mais e de menos

Caro leitor,

Uma certeza a Revista Manuelzão 41 nos deixa: a recuperação e a preservação ambiental dependem muito mais da vontade de transformar discursos em ações do que de recursos ou de um consenso sobre as intervenções.

A situação do saneamento em Sete Lagoas é exemplar. Todos concordam que as mudanças são urgentes e afirmam ter recursos, mas o embate sobre quem será responsável pelas obras é o grande impasse (Pg 5). Exemplo semelhante é dado pelas Unidades de Conservação. Nesse caso, a falta de vontade em fazer intervenções que de fato impactem o ambiente faz com as áreas de conservação não passem de meros decretos ou ilhas. Também aqui todos concordam que as mudanças são urgentes (Pg 7).

Várias outras situações completam o cenário. São conhecidos e reconhe-

cidos os impactos das canalizações, sabe-se que há outras alternativas, mas na prática...(Pg 9). Ruídos em excesso são problemáticos, mas o que fazer (Pg 16)? As casas podem incorporar em sua construção alternativas que as tornariam mais sustentáveis, mas quem fará isso (Pg 20)?

Animador é quando a vontade faz com que mesmo em situações adversas uma boa idéia seja levada adiante. Com poucos recursos, o FestiVelhas Jequitibá promete colocar lideranças ambientais e culturais de toda a bacia do Rio das Velhas em diálogo (Pg 18).

Assustador é quando a existência da vontade acaba por piorar a situação. O Governo Federal insiste em um projeto incoerente. Com vontade de sobra, não falta recurso, atropelo das leis e apelo emocional. Também será preciso muita vontade para barrar essa obra faraônica (Pg 11).

Frases



"O Rio das Velhas é minha infância. O meu pai criou a gente na beira do rio. Tudo no Velhas me dá uma saudade de casa. Quando falaram do FestiVelhas fiquei toda animada. Tô contando os dias."

DEJA, ARTESÃ DE BONECAS FEITAS A PARTIR DE CABACAS. MORADORA DE JEQUITIBÁ



"A cultura popular - o folclore - não é uma coisa engessada, fechada ou simplesmente para ser preservada ou resgatada. É um processo cultural em movimento (...) presente na vida cotidiana."

OSVALDO MEIRA TRIGUEIRO NO LIVRO *PRODUTOS*FOLKMIDIÁTICOS: PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO DE BENS DAS CULTURAS POPULARES NO MUNDO
GLOBALIZADO

"Valorizar a cultura popular é valorizar a própria comunidade, as próprias pessoas."

GEOVANA JARDIM - JORNALISTA E PRODUTORA
CULTURAL

Manifestações

Parabéns

Parabenizo a equipe de comunicação da Revista Manuelzão pela riqueza de suas matérias, as quais utilizo como material didático em minhas aulas. (...) o Projeto Manuelzão nos ensinou a valorizarmos as potencialidades que a comunidade tem.

Almira Rodrigues - Barra do Guaicuí - por e-mail

Música

"Meu nome é Margareth Reali e gostaria de entregar meu novo CD para o Projeto Manuelzão pois gravei a canção "Sua Incelença, Manuelzão". No meu site (www.margarethreali.com. br) dá para ouví-la durante 30 segundos. Simpatizo muito com o projeto e quero deixar a canção à disposição".

A folia nem bem começava A lua cheia na porta do morro Um bom vaqueiro Bom companheiro se apresentou

Mal dia rompeu no cerrado Foi pra lida à caça de estrelas Tangendo gado Trazendo sorte a quem encontrou

Sinhá Senhora do sertão Nos abençoai Chapéu de couro e coração Lá vem Manuelzão

(...)

Sua Incelença, lá vem Manuelzão Ó minha senhora, sinhá do sertão

"Sua Incelença, Manuelzão", música de Nivaldo Ornelas e Anna de Holanda

Margareth Reali - Campinas - São Paulo - por e-mail

Errata

Ao contrário do informado na matéria "Morte e vida no Velhas", páginas 10 a 14 da edição 40, Carlos Bernardo Mascarenhas é biólogo do Projeto Manuelzão e não professor do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG.

O Projeto Manuelzão recebe cartas, músicas, poesias e mensagens eletrônicas de vários colaboradores. Nesta coluna, você confere trechos de algumas dessas correspondências. Envie também sua contribuição.

Participe da nossa revista! jornal@manuelzao.ufmg.br

Expedição é exemplo de aprimoramento

ROGÉRIO SEPÚLVEDA

Coordenador da mobilização do Projeto Manuelzão



pós a Expedição do Rio das Velhas e três mini-expedições, realizamos a Expedição Manuelzão desce o rio Jaboticatubas no final de junho de 2007. O balanço desses eventos sempre foi positivo devido à mobilização gerada nas respectivas bacias com a valorização das ações locais, presença da população às margens dos rios e sensibilização para os principais problemas dos cursos d'água.

Também nessa Expedição, foi valorizada a participação de grupos culturais, com destaque para a diversidade da cultural local. Pesquisas sobre a qualidade das águas e a percepção ambiental da população foram novidades agregadas a partir da experiência do Subcomitê Paraúna. Pretende-se que os resultados sirvam de base para a priorização de ações e de projetos de revitalização da bacia.

Outra novidade foi a incorporação da linguagem teatral em várias atividades. "Peixes", de forma lúdica, conclamaram adultos e crianças a participarem. Esperamos estar aperfeiçoando a experiência e que essa nova vertente possa ter influenciado as escolas, os gestores municipais, os adultos e até mesmo os demais membros do Projeto Manuelzão.

Não obstante os inegáveis aspectos positivos dessas expedições, alguns questionamentos levaram a repensar a forma e a condução

dos seus processos. O principal deles está na continuidade das ações após seu fim. A visibilidade propiciada por esses eventos não vinha se revertendo em fortalecimento das ações locais. Na expedição do Jaboticatubas, uma condição para sua realização seria de que ela não se restringiria aos cinco dias do cronograma, mas que deveria haver um planejamento para continuidade das ações.

Aproveitando o momento favorável do município que está finalizando a construção da usina de lixo e vai iniciar a construção da ETE pela Copasa, foi sugerido que estes dois temas fossem objeto de ações específicas após a Expedição. É nosso objetivo colaborar para o fortalecimento do Subcomitê e para a construção de um plano de ação com foco na recuperação da bacia apoiado nos produtos que serão elaborados: um suplemento com informações sobre a bacia; o vídeo da expedição com os eventos e depoimentos, fotos e mapas da bacia; os resultados das pesquisas de qualidade das águas e da percepção socioambiental dos moradores.

Acreditamos que esses produtos serão potencializados com a sensibilização propiciada por esse ambiente de expedições que navegam, declamam e cantam as questões dos homens e dos rios; rios nos quais eles interferem, sendo portanto os principais atores da sua recuperação.

Em defesa do São Francisco e do Semi-árido

desconfortável a tarefa de condenar a transposição do rio São Francisco. Não por falta de argumentos. Ao contrário, transbordam razões para se considerar esta obra absurda. Existem alternativas mais simples, eficientes e baratas que realmente conseguem distribuir a água para a população dispersa do semi-árido.

O que tentamos impedir é a aplicação de grandes recursos financeiros num projeto que faz uso político do sofrimento de um povo sem oferecer solução efetiva. É preciso levar água sim, com urgência e de maneira permanente. Só que a transposição não é uma solução adequada dos pontos de vista econômico, técnico, social e ambiental. Enquanto isto, nas ilustradas cartilhas do Governo a promessa é de terra, emprego e muito desenvolvimento com a chegada da água pela transposição. Mas para que a obra, se acabada, possa um dia funcionar, mais bilhões terão que sair dos cofres dos governos dos estados. Dinheiro que poderia ser aplicado em políticas públicas, voltadas para a melhoria da vida do sertanejo, que, claro, precisa muito mais do que água para viver com dignidade. A água sozinha não leva justiça social. Se assim fosse não veríamos pobreza na beira de rios como o São Francisco e o Jequitinhonha.

Fomos a várias audiências públicas, reunimos relatórios técnicos, fizemos protestos, pedimos explicação. Nenhum esclarecimento foi dado além da repetição da suposta intenção de levar "um caneco d'água" ao irmãozinho nordestino. Mas o discurso técnico do próprio Governo Federal assume que a água não chegará à popu-

lação dispersa. O Governo afirma que 26% da água irá para o abastecimento das cidades, onde já tem água ou os problemas poderiam ser resolvidos com soluções mais simples. As informações oficiais também mencionam ajuda ao agronegócio (cerca de 70%). Só que esta água, superfaturada depois de transposta, ficaria muito cara. Sobra apenas o argumento da obra pela obra. Certamente existem motivos para se realizar a transposição. De campanha eleitoral a desvio de recursos muita coisa pode ser imaginada. A única certeza é de que a obra não vai solucionar o problema social da seca.

Mas então não há solução? Nada disso. Muitas repostas para o problema já existem sim. Mas é preciso respeito à particularidade de cada lugar, é preciso saber onde é necessário um açude, onde uma cisterna resolve ou onde se pode furar um poço ou recolher, por meio de canais, água de um rio próximo. Sem esquecer que a principal fonte de água são as chuvas. A média de precipitação no semi-árido é de 700 milímetros ao ano. O problema é que essas chuvas se concentram em dois ou três meses.

Esta é a questão a ser solucionada. No entanto, e infelizmente, o Governo resolveu seguir o exemplo dos militares: construir uma única e grande obra, que provavelmente nunca ficará pronta, como a Transamazônica. E que se for terminada, não vai funcionar ou resolver o problema para o qual será erguida.

Editorial da Revista Transposição - Águas da Ilusão, que pode ser acessada no site www.manuelzao.ufmg.br

ESGOTADO!

Disputa por concessão de água e esgoto em Sete Lagoas pode comprometer o cumprimento da Meta 2010

ANDREA SOUZA E MATHEUS JASPER

Estudantes de Comunicação da UFMG

Pereadores, prefeitos, presidentes de órgãos ambientais e cidadãos. Todos afirmam almejar o alcance da Meta 2010 e apontam que o tratamento dos esgotos de Sete Lagoas é fundamental para o cumprimento desse objetivo. Todos também apontam a existência de fontes de financiamento para as obras necessárias. Mas, mesmo assim, os problemas gerados pelo município continuam sem solução. O problema é que o debate tem se concentrado não na busca de soluções efetivas, mas na decisão de quem implementa e controla as ações. Depois de meses de discussão, a prefeitura de Sete Lagoas optou por manter o controle das operações de saneamento com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). O histórico do município faz pensar sobre as conseqüências dessa decisão: ganham os políticos ou ganha a bacia do Jequitibá?

O esgoto de Sete Lagoas é o principal poluente do Ribeirão Jequitibá. A cidade de mais de 210 mil habitantes é a segunda maior responsável pela poluição do Rio das Velhas na região metropolitana de Belo Horizonte e tem impactado significativamente as ações desenvolvidas pelos demais municípios. Com um sistema municipal capaz de coletar 98% de seu esgoto, Sete Lagoas não consegue tratá-lo. Os dejetos são lançados no córrego Diogo Matadouro e Tropeiros. O município também apresenta problemas com o abastecimento de água, tais como intermitências e entupimento das tubulações. Toda a água consumida no município é retirada do lençol freático, em região cárstica. Alguns analistas acreditam que pode faltar água no município daqui há alguns anos se a situação continuar como se encontra. A situação de Sete Lagoas mostra que as questões político-eleitorais podem decidir mais do que aquelas estritamente ambientais e técnicas.

A realidade

O SAAE é o órgão do município que cuida dos serviços de concessão de água e esgoto. Na Câmara Municipal muito se tem questionado sobre a eficiência e a competência desse órgão na qualidade dos serviços prestados. Além dos problemas administrativos que foram detectados, como cargos onerosos e ausência de técnicos, o SAAE tem sido incapaz de tratar o esgoto, apesar de cobrar taxas por esse serviço. Essa realidade é admitida pelo próprio prefeito, Leone Maciel. Para ele, o SAAE só poderia continuar com a concessão de água e esgoto da cidade se passasse por algumas modificações, as quais ele promete fazer.

Para averiguar a situação administrativa do SAAE, a Câmara dos Vereadores de Sete Lagoas constituiu uma Comissão Especial. No relatório parcial datado de 27 de junho deste ano, os vereadores concluíram que se faz necessária a adoção de "novas práticas, tanto



Foto: Matheus Jasper

sociais como administrativas, sintonizadas com as grandes demandas e desafios ambientais para atendimento da Meta 2010".

A pouco mais de três anos dos prazos previstos pela Meta 2010, a cidade tem debatido o assunto. A prefeitura contratou a Fernando Motta Associados - Auditores Independentes, de Belo Horizonte, para fazer uma auditoria no órgão local. Duas audiências também foram realizadas a fim de integrar a população no debate. O evento contou com a colaboração técnica de engenheiros e autoridades ambientais, do SAAE e da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa).

As opções

A opção entre duas alternativas tem sido o maior impasse da discussão: ou se apostava no SAAE e tentavam-se recursos via governo federal ou se passava a concessão para o governo do Estado, através da Copasa. Se de um lado, a Copasa promete eficiência na prestação dos serviços e um corpo técnico bem qualificado, de outro, o prefeito afirma que o SAAE é importante para o município devido à autonomia que representa. Segundo o secretário municipal de meio ambiente e diretor-presidente interino do SAAE-Sete Lagoas, Lairson Couto, os cidadãos de Sete Lagoas se sentem orgulhosos em saber que a própria Prefeitura é responsável pela distribuição da água e pelo sistema de esgotamento da cidade. "Se o município mantiver a concessão nas mãos do órgão local, poderá buscar fontes de recursos via PAC", acredita o secretário.

Mas os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento não estão garantidos para a cidade se ela não obedecer a determinados requisitos. Para que os 137,3 milhões de reais anunciados pelo Governo Federal cheguem ao município é necessário que sejam enviados o Projeto Básico, a Licença Ambiental Prévia e a Regularização Fundiária das propostas. O Governo determinou que haja licitação imediata e contratação da obra ainda em 2007, ou seja, não há muito tempo para que esses requisitos sejam obedecidos.

E o problema não termina aí. Apesar de R\$137,3 milhões terem sido reservados ao município, apenas 4,9 milhões foram destinados para a implantação do sistema de tratamento de esgoto da sede municipal, com a construção de interceptor, estação de tratamento e emissário. No entanto, esse dinheiro conseguiria pagar no máximo o projeto, já que a obra de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no município demanda um capital muito maior. "O dinheiro da construção da ETE, o prefeito está negociando com o Ministério das Cidades, é um dinheiro à parte, porque o custo dela está em torno de 35, 40 milhões de reais. Então isso não está previsto no PAC", afirma Lairson.

A proposta que foi apresentada pela Copasa prevê a construção de redes coletoras, capazes de captar o esgoto de todos os usuários. Redes interceptoras impediriam que o esgoto seja lançado *in natura* nos córregos e o encaminharia à Estação de Tratamento. Além disso, a Copasa também implantaria um novo sistema de abastecimento de água, com captação superficial em rios.

A Copasa garantiu que, até 2010, 100% do esgoto de Sete Lagoas estaria tratado. Já a prefeitura: "eu não posso garantir isso porque meu mandato é até 2008. Eu me comprometo com a população, com Sete Lagoas, com o Projeto Manuelzão, que dentro do meu mandato dia nenhum deixarei de lado essa questão. Será prioridade minha enquanto estiver na Prefeitura. Eu não posso garantir o futuro. Eu não sei se estarei aqui," afirma o prefeito Leone Maciel. O grande problema das políticas públicas é que o imediatismo das intervenções frequentemente compromete o desenvolvimento de uma política que é, por natureza, voltada para o futuro.

A decisão

Um projeto de lei havia sido enviado para o Legislativo a fim de autorizar o Executivo a celebrar um convênio de cooperação com o estado de Minas Gerais. Este delegaria à Copasa as competências de organização, regulação, planejamento, fiscalização e prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Se fosse aprovado pela Câmara, a decisão entre SAAE ou Copasa estaria nas mãos do prefeito. Porém, no dia 7 de agosto, data da votação do projeto na Câmara dos Vereadores, Leone Maciel, que afirmou ter sofrido grandes pressões políticas por parte de vereadores, retirou o projeto da casa. Segundo ele, os recursos que poderão ser obtidos através do PAC garantirão que o município consiga construir novas redes coletoras. Mas não basta recolher o esgoto se não tratá-lo. Quanto ao projeto de construção de duas ETEs, ele afirmou que o ministro das cidades, Márcio Fortes, garantiu os recursos caso a cidade apresente os projetos. "Se a gente não conseguir tratar o esgoto em Sete Lagoas a responsabilidade será do presidente da república e do ministro Márcio Fortes que me asseguraram esses recursos", afirma. O presidente da Câmara, vereador Gilmar Rodrigues da Silveira, acredita que "o SAAE não tem conserto. Se ele não tiver uma direção, se o poder Executivo não tomar juízo e arrumar a casa, não adianta os 137 milhões que estão vindo não. Aquilo lá é um saco sem fundo".

No período de apuração dessa matéria seis pessoas do SAAE estavam trabalhando em gabinetes de vereadores sendo pagos pelo próprio órgão, segundo nos informou o presidente da Câmara. A prefeitura confirmou o caso e argumentou que, apesar desse problema ser muito pequeno perto do que o SAAE tem enfrentado, todos os funcionários que não estivessem legalizados seriam demitidos. Segundo Gilmar Silveira, há pouco tempo atrás o próprio SAAE, mesmo com toda a sua deficiência, pagava salários para jogadores do Democrata, o principal time de futebol da cidade. Enquanto acontecem tais irregularidade no SAAE, passa-se o tempo. "Eu não tenho dúvida de que se Sete Lagoas continuar como está na questão do esgoto todo esse esforço que está sendo feito em outros municípios e na região metropolitana de Belo Horizonte vão ficar comprometidos", afirma o chefe de Departamento de Novos Negócios da Copasa, Cláudio Dotti.



Às vezes papel, outras vezes ilhas

ANA FLÁVIA OLIVEIRA E MARIANA GARCIA Estudantes de Comunicação da UFMG

₹ stação Ecológica, Reserva Biológica,

 ■ Parque Nacional, Monumento

 ✓ Natural, Refúgio da Vida Silvestre, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. São doze as categorias possíveis para uma Unidade de Conservação (UC). Os vários nomes guardam algo em comum: embora sejam um importante instrumento de preservação da biodiversidade, essas unidades acabam não cumprindo seu papel por muitas vezes não passarem de um decreto ou não serem pensadas dentro do contexto em que estão inseridas.

Em um cenário ideal, uma UC deve possuir infra-estrutura básica como sede, meios de transporte, pessoal capacitado para fiscalização, trabalhos de educação ambiental e pesquisa científica, além de um gerente. Para o presidente da Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, almirante Ibsen de Gusmão Câmara, o fundamental seria que as características de uma área protegida fossem rigorosamente conhecidas e que existisse um plano de manejo. Além disso, o geógrafo do Instituto de Geociências da UFMG, Bernardo Gontijo, afirma que uma Unidade deve ser pensada em relação às comunidades envolvidas e também às UCs próximas. No entanto, almirante Ibsen acredita que da forma como vêm sendo concebidas e geridas as Unidades não atendem ao que se espera delas.

Apolo Heringer Lisboa, coordenador do Projeto Manuelzão, destaca a necessidade de se sair de uma atuação defensiva, que é marcada pela criação de Unidades de Conservação isoladas, para uma atuação ofensiva, em que a natureza seja tratada de forma sistêmica, para que não se tenha de conviver em unidades de degradação.

Corredores ecológicos

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), criado pela lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, determina que as UCs "busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de Unidades de Conservação de diferentes categorias (...)". Bernardo Gontijo esclarece que para preservar a biodiversidade é fundamental que o "intercâmbio" entre as Unidades seja promovido. Uma possibilidade seria a criação dos chamados corredores ecológicos (ver Box).

Mas "para que os corredores sejam realmente eficazes eles precisariam ser praticamente unidades de conservação", afirma o almirante Ibsen. O gerente do Parque Nacional da Serra do Cipó, Henri Collet, também acredita que a criação de corredores não seja tão simples, mas destaca: "a própria legislação já nos deixa claro que os grandes corredores são os próprios rios e as Áreas de Proteção Permanente de topos de morros. Se não permitirmos o desmatamento dessas áreas já vamos ter naturalmente a criação dos corredores", diz Henri.

A região metropolitana norte de Belo Horizonte oferece exemplos de UCs concebidas como ilhas. A Área de Proteção Ambiental Carste Lagoa Santa, o Parque Estadual do Sumidouro, a Área de Proteção Especial (APE) do Ribeirão do Urubu, a APE do Aeroporto, e outras três reservas particulares são vizinhas, mas nem por isso conectadas. Para o presidente do Subcomitê da bacia do Ribeirão da Mata e mobilizador do Projeto Manuelzão, Procópio de Castro, o Ministério Público Estadual vem tornando, por meio do debate, essa idéia dos corredores, antes tão distante e complexa, mais próxima dos gestores.

Criar é fácil...

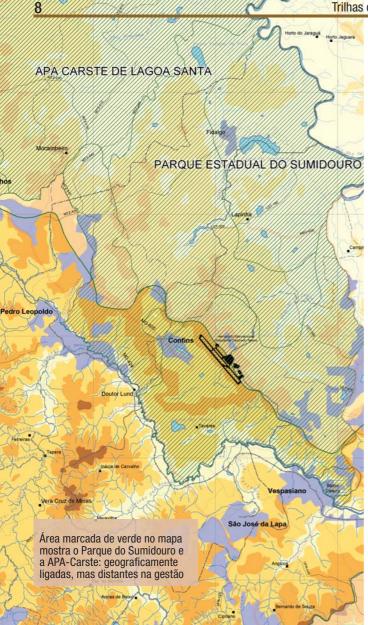
"O difícil é manter", enfatiza o gerente de gestão de Áreas Protegidas do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Roberto Alvarenga. A infra-estrutura mínima que uma Unidade precisa fica muitas vezes comprometida pela carência de verbas. No Parque Nacional do Cipó, por exemplo, Henri Collet aponta que a criação de novas portarias de acesso ao Parque e a contratação de mais guarda-parques é urgente.

A manutenção de uma UC esbarra também na falta de conhecimento sobre a área

O que são?

O Snuc, em seu capítulo 1, artigo 2º, parágrafo XIX, define o que vem a ser um corredor ecológico: "porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais".





Mapa: NuVelhas Manuelzão

protegida. Segundo almirante Ibsen, isso impede que se realize um manejo adequado, ou seja, que as ações sejam direcionadas de acordo com as necessidades daquele ecossistema. "Nós simplesmente cercamos uma área e fica aí", diz.

Unidades de papel

E aquelas Unidades que sequer saem do papel? Roberto Alvarenga não acredita que haja morosidade em casos como o do Parque Estadual do Sumidouro (ver Box), mas sim que se trata de um processo que seria naturalmente lento. No entanto, destaca que ele já vem sofrendo avanços devido à legislação e à mudança da mentalidade. O gerente do IEF aponta o Snuc com um dos marcos dessa melhoria, pois é responsável pela criação da ferramenta da compensação ambiental, mecanismo que faz com que uma área de proteção não dependa dos órgãos públicos para obter financiamento e sair do papel.

O Parque do Sumidouro é uma dessas áreas que, através do dinheiro advindo da compensação ambiental paga pela ida do aeroporto de Confins para a região, começa a existir de fato. "A compensação é realmente uma medida útil e necessária, mas não é uma licença para destruir ou para poluir, é uma compensação" lembra o Almirante Ibsen. Além disso, o dinheiro da compensação ambiental não é inesgotável.

Desenrolando o Sumidouro

O Parque Estadual do Sumidouro se encontra dentro da Área de Proteção Ambiental Carste Lagoa Santa, na região metropolitana de Belo Horizonte. Decretado em 3 de janeiro de 1980, entidades ambientalistas, Ministério Público e sociedade civil organizada vêm lutando desde então para que ele começasse a existir de fato. No entanto, só agora é que começa-se a vislumbrar a implantação da Unidade, em função dos recursos vindos da compensação do Aeroporto de Confins e da nomeação do gerente. Segundo Rogério Tavares, recém nomeado gerente do Parqe, a previsão é de que o Parque tenha sua regularização fundiária e infra-estrutura de visitação pública efetivados até dezembro de 2008.

Política de boa vizinhança deve ser prioridade

Além da necessidade de integrar as próprias Unidades de Conservação, há também uma outra integração que não é tão física. Ela diz respeito à população do entorno. O diretor de Unidades de Conservação de Proteção Integral do Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade, Marcelo Françozo, esclarece que "o Ibama ainda desconhece um modelo para que a comunidade se sinta parte de uma Unidade". Ele considera esse um ponto fundamental que ainda precisa ser aprofundado.

A explicação para essa exclusão está, segundo Bernardo Gontijo, no modelo de criação das Unidades. "O modelo se impõe de cima para baixo e isso automaticamente faz com que as comunidades sejam alijadas do processo por mais que haja algum tipo de negociação para decidir que tipo de inserção elas possam ter", explica o pesquisador. Segundo o geógrafo da UFMG, o modelo brasileiro foi importado do norte-americano, que cometeu verdadeiros genocí-

dios dos seus povos indígenas e transformou suas terras em áreas intocáveis. Já na França, a população é quem decidia os rumos das áreas de preservação.

O ideal para Gontijo seria uma mescla de ambos os casos. Isso faria com que a comunidade se sentisse parte fundamental daquela UC e evitaria problemas como o enfrentado nos primórdios do Parque do Cipó. Henri conta que a pressão na época por parte dos moradores da região foi muito grande, uma vez que não receberam as devidas explicações sobre a criação do Parque. Hoje, acredita que há uma maior colaboração da comunidade por já estar vendo de perto a volta de animais como o lobo-guará e os quatis.

Os gestores das UCs precisam também saber lidar com a comunidade científica, outra fonte de pressão sobre a área protegida. Bernardo Gontijo afirma: "se dependesse dos biólogos, eu posso falar isso tranqüilamente porque também sou biólogo, tudo seria restrito, seria só para pesquisa".

Quem pergunta: há alternativas?

Críticas aos canais de concreto não mudam caminhos dos financiamentos

CAROLINA SILVEIRA Jornalista

specialistas do Brasil e de outros de países fazem críticas severas à canalização de rios e córregos. Em Minas Gerais, a Deliberação Normativa 95 (DN 95) de 2006 restringe as possibilidades de realização dessas obras. Os manuais de drenagem do Governo Federal também colocam ressalvas à opção pela canalização. Mas entre o aparente consenso e a prática, um longo caminho de contradições, burocracias, falta de conhecimento e mesmo de interesse faz com que muitos municípios ainda obtenham financiamentos para tornar rios e córregos retos, com o leito cimentado e até totalmente tampados, mesmo quando há outras alternativas.

O professor do Departamento de Engenharia Hidráulica da UFMG, Márcio Batista, explica que há um entendimento de que essas obras envolvem sérios impactos, mas destaca que a canalização ainda é uma obra barata, fácil de planejar e executar. Soma-se a essa "facilidade" o fato de que muitos municípios não têm técnicos preparados para propor soluções não tradi-

Deliberação Normativa 95

A Deliberação Normativa estabelece os critérios para o licenciamento ambiental de intervenções em cursos d'água urbanos em Minas outras razões, por agravar as inundações, já que torna o leito reto e elimina os obstáculos, o que aumenta a velocidade da água. Além disso, o concreto também inviabiliza a vida aquática. As intervenções em cursos d'água permitidas pela DN 95/2006 foram classificadas em quatro categorias definidas em função de um Índice de Impacto Geral. Esse índice é a soma de vários indicadores e os locais mais preservados tendem a apresentar um maior Índice de Impacto, que é utilizado para enquadrar os empreendimentos em classes que vão de A a D. Somente as intervenções classificadas na

cionais. Para completar, os financiadores se ocupam apenas de analisar se a documentacão está correta.

A política de cada um

A Política Nacional de Saneamento determina que as obras de drenagem são de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional (MI). Já as intervenções ligadas ao esgotamento sanitário em municípios com mais de 50 mil habitantes são competência do Ministério das Cidades (MC). Para aqueles com população inferior, cabe à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) implementar as ações relacionadas ao esgoto que, segundo a assessoria do órgão, não incluem obras de canalização. Tanto as intervenções de drenagem quanto aquelas relacionadas a esgoto podem contemplar obras de canalização. A Caixa Econômica Federal gerencia a contratação e o financiamento dos projetos entre os municípios e esses dois ministérios.

O engenheiro civil do Programa de Drenagem Urbana Sustentável do MC, Nelson Motta, explica que esse Ministério tem como orientação promover a drenagem sustentável, evitando a canalização. Segundo ele, para obter financiamento para uma obra dessa natureza, o município precisa justificar a sustentabilidade ambiental e a ausência de outras alternativas. Mas a análise dessa documentação é realizada pela Caixa Econômica. Nelson explica não ter certeza se a Caixa exige essa documentação. Para ele, o que acontece é, que na maior parte das vezes, se o município apresentar o projeto completo e os documentos básicos, ele é aprovado.

O coordenador geral do Departamento de Projetos e Obras Hídricas do MI, Marcelo Pereira Borges, informou que as diretrizes do Ministério constam em seu Manual de Drenagem. O Manual, disponível no site do MI, reforça o discurso de que devem ser priorizadas alternativas sustentáveis: "obras convencionais de galerias de águas pluviais e de canalização, que aceleram o escoamento, serão admitidas somente nos casos onde as soluções preferenciais de drenagem



urbana sustentável se mostrarem inviáveis, quando for comprovado que os impactos gerados pela intervenção são de baixa magnitude e serão mitigados".

Embora os ministérios ligados a essas obras demonstrem entender que canalizações não devam ser realizadas de forma indiscriminada, a análise da viabilidade dos projetos é realizada, na maior parte das vezes, pela Caixa Econômica. O mesmo acontece agora, por exemplo, com os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento. Os municípios apresentam a documentação à Caixa, que analisa a viabilidade da obra. Se o município apresentar a Licença Ambiental, ainda que a obra pudesse ter solução mais sustentável, o financia-

mento é liberado. O gerente regional de negócios da Caixa, Marx Fernandes, explica que se o empreendimento tiver a licença ambiental, não são feitos questionamentos à solução proposta no projeto. Para ele, essa é uma competência do órgão licenciador.

Em Minas Gerais, a DN 95 restringe a prática de canalização. Márcio Batista pontua ainda o pioneirismo de municípios da região sul do país na integração dos cursos d'água à cidade. Mas o engenheiro da empresa de consultoria EcoHidros, Eduardo Bueno, que participou da elaboração da DN 95, lembra que no Nordeste, por exemplo, muitas vezes são as próprias prefeituras que definem em favor da obra. Ele destaca ainda que o corpo técnico de mui-

tos municípios mineiros também não estão preparados para lidar com soluções não tradicionais, tanto por uma questão de mentalidade quanto por uma questão numérica, de falta de pessoal.

Eduardo destaca que é relativamente fácil conceber um projeto de canalização: "são contas já consagradas". E muitas vezes, os prazos para elaboração dos projetos são curtos para a projeção de uma solução complexa, que exige a atenção de várias áreas. "Tem que casar solução técnica com solução de menor impacto e isso leva tempo", explica. Um tempo que gestores e financiadores nem sempre estão dispostos a dar. As obras financiadas pelo PAC, por exemplo, devem ser contratadas ainda este ano.

Ribeirão das Neves – um exemplo

Em Minas Gerais, episódio recente ocorrido em Ribeirão das Neves é exemplar dos processos envolvidos na aprovação de uma obra como essa. Segundo o secretário de meio ambiente do município, Almir José Caixeta, o município teria obtido junto ao MI oito milhões de reais para canalizar o córrego da Avenida Maranhão. A liberação do recurso dependeria da Licença Ambiental.

Dado o porte da obra, o processo deveria ser analisado também pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. O presidente do Comitê, Apolo Heringer Lisboa, relata que, em dezembro de 2006, a Fundação Estadual do Meio Ambiente entrou em contato com ele solicitando que, em função de haver uma verba de oito milhões que dependia da Licença Ambiental em curto prazo, a decisão do Comitê fosse dada *ad referendum*, ou seja, sem votação. O pedido não foi aceito, o Comitê analisou o processo com base na DN 95 e concluiu que haveria outras alternativas. A outorga foi, inicialmente, negada.

A Prefeitura argumentou que em função do pedido ter sido encaminhado dois meses antes da DN 95 ele não poderia ser analisado de acordo com os critérios dessa norma. Por 11 votos a 10, a outorga foi então concedida, mediante o compromisso da Prefeitura em não realizar mais canalizações. Cabe ressaltar que Ribeirão das Neves tem ainda mais sete projetos de canalização datados de 2006 em avaliação no Sistema Estadual de Meio Ambiente.

Segundo o secretário municipal de meio ambiente, o município perdeu os recursos do MI. A assessoria de imprensa da Prefeitura informou que as obras serão financiadas agora pela Copasa. A ordem de serviço para o início das obras foi assinada no último dia 28 de julho.

E por que o projeto não foi modificado? O Secretário disse que canalizar era mesmo a única alternativa viável. Eduardo Bueno relata, entretanto, que a pedido do Projeto Manuelzão foi elaborado e apresentado um projeto alternativo, priorizando a preservação e integração do córrego. Ele explica que uma intervenção como essa é, em geral, mais cara, o que é apontado como empecilho pelo secretário Almir.

Mas tanto Eduardo quanto Márcio, da UFMG, destacam o pioneirismo de Belo Horizonte como exemplo de que outras soluções são viáveis. Mesmo antes da DN 95, BH já havia definido em seu plano de drenagem priorizar a integração dos cursos d'água. Um dos resultados desse plano foi o programa Drenurbs, voltado para a recuperação dos cursos d'água em leito natural, cujas obras tiveram início este ano e incluem a remoção de famílias.



Foto: Fred Aflalo



TRANSPOSIÇÃO QUADRO A QUADRO







No hotel







MAS SÓ ESTÃO
PREVISTOS OS
CANAIS PRINCIPAIS. QUEM FARÁ A
DISTRIBUIÇÃO DESSA
ÁGUA?

A ÁGUA TERÁ QUE SER BOMBEADA A UMA ALTURA EQUIVALENTE A UM PRÉDIO DE DE 100 ANDARES. ALÉM DISSO, A ÁGUA DESVIADA DEIXARÁ DE GERAR 1.133 MEGAWATTS (MW) DE ENERGIA POR ANO.



MAS ISSO VAI SER FEITO

PARA COMPORTAR ATÉ 127M3/S.

SÓ QUE NA MAIOR PARTE DO

TEMPO, VAI PASSAR 26M3/S.

QUER DIZER QUE VAMOS

PAGAR POR UMA OBRA QUE VAI

FICAR SUBUTILIZADA NA MAIOR

MAIOR PARTE DO TEMPO?

SE TUDO ISSO, O
PRÓPRIO GOVERNO
INDICA OUTRAS
ALTERNATIVAS.
UM ESTUDO DA
AGÊNCIA NACIONAL
DAS ÁGUAS APONTA
SOLUÇÕES MAIS
SIMPLES, EFICIENTES E BARATAS.

NÃO BASTAS-

PERAÍ! O GOVERNO AFIRMA QUE
4% VAI PARA O ABASTECIMENTO,
70% PARA A IRRIGAÇÃO E 26%
PARA USO URBANO-INDUSTRIAL.
MAS, SE ESSA ÁGUA NÃO PODE
CHEGAR À POPULAÇÃO QUE MAIS
SOFRE, SE PARA A AGRICULTURA
ELA SERÁ UMA ÁGUA CARA E SE
PARA OS OUTROS MUNICÍPIOS EXISTEM OUTRAS ALTERNATIVAS, O QUE
JUSTIFICA UMA OBRA TÃO CARA?





Foto: Fher Faiol

HUMBERTO SANTOS Jornalista

lfabetizadora desde os 17 anos, Vanessa Guimarães formou-se em Escola Normal e iniciou sua trajetória na UFMG, onde foi professora, diretora de unidade, pró-reitora e reitora. A atuação na área teve continuidade no Ministério da Educação onde foi secretária nacional de ensino superior. À frente da Secretaria de Educação de Minas Gerais desde 2003, Vanessa reconhece a importância de temas como meio ambiente, mas explica que as escolas ainda precisam dar conta do básico para avançar em outras áreas.

A escola possui variados instrumentos para avaliar o desempenho dos alunos nas disciplinas convencionais. Como avaliar, entretanto, alunos e escolas em relação aos temas transdisciplinares, no que se inclui meio ambiente?

Nós ainda estamos engatinhando no processo de avaliação. O que já está consolidado são sistemas de avaliações através

Se eu tivesse parceiros como o Manuelzão no estado inteiro, estaria muito mais adiante na temática ambiental nas escolas

de provas, que me falam do conhecimento básico do aluno em português e matemática. Não avaliamos os alunos em todas as disciplinas, muito menos em temas trans-

Temas transversais ainda são desafio

Para Secretária de Educação de Minas Gerais, parcerias com projetos como o Manuelzão permitem avançar no trabalho ambiental com escolas

versais. O estudo da língua e a matemática são as disciplinas que estruturam o desenvolvimento intelectual e o conhecimento nas diferentes áreas.

A senhora falou das escolas ficarem atentas a alguns temas e também que há movimento de algumas escolas de fazerem projetos. Qual é a orientação para as escolas?

Nesse momento estamos dando um foco para nosso trabalho. Se a gente for fazer tudo, você termina não fazendo nada. Se a escola tem iniciativa, tem apoio nosso; pode apresentar o seu projeto.

A senhora falou que estamos caminhando para que a questão ambiental seja um conteúdo obrigatório. Como seria isto?

É uma tendência mundial. A temática

O esforço em cima do currículo central é ainda tão pesado que os esforços na direção dos currículos transversais ficam mais tímidos

ambiental passa a ser tópico de programas de ciências e vai estar presente nesses conjuntos de disciplinas. Não vai ter um professor de educação ambiental, isso não faz o menor sentido.

Há um investimento no desenvolvimento das atividades transdisciplinares?

Não estamos fazendo isso agora. Não dá para a Secretaria de Educação trabalhar todas as dimensões. Estamos trabalhando ainda com os conteúdos clássicos. O esforço em cima do currículo central é ainda tão pesado que os esforços na direção dos currículos transversais ficam mais tímidos.

Eles ficam a cargo de pequenas equipes. Estimulamos as escolas a se envolverem em projetos. Aceitamos com alegria os parceiros que trazem projetos nessa direção, mas não temos essa iniciativa de sair fazendo as temáticas transversais.

E a capacitação dos professores? Como ela é feita?

Treinamento é uma constante. E a gente tem que se virar aqui pra dividir as pessoas para serem treinadas, porque ninguém pode ser treinado em tudo e nem coordenar, nem fazer todos os papéis. Chamamos de capacitação toda informação que é reproduzida para todo o sistema. Então, todo projeto tem sua fase de capacitação, que é apresentar um projeto. Tem que ir a cada região, chegar até a escola e até a sala de aula.

A Secretaria tem como metas alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, a elevação do nível de aprendizagem em todos os níveis de ensino e diminuir as diferenças regionais. Como fazer isso?

Nós temos hipóteses, nós não sabemos como fazer. Por enquanto, nossas hipóteses estão sendo confirmadas. Num prazo muito curto temos obtido uma elevação de resultados dos alunos, registrado um número grande de escolas com bons resultados e iniciativas.

A Secretaria Estadual de Educação mantém parceria com o Projeto Manuelzão já há muito tempo. Como avalia a cooperação?

Se eu tivesse parceiros como o Manuelzão no estado inteiro, eu estaria muito mais adiante na temática ambiental nas escolas. Você tem uma quantidade enorme de alunos dentro da bacia do rio das Velhas, com um projeto focado em temáticas, com professores treinados pra conhecer melhor esse ambiente.

Ruídos invisíveis

Impacto da poluição sonora é ignorado pela população e pelas políticas públicas



Ilustração: João Paulo Thiago

SÂMIA BECHELANE E VICTOR GUIMARÃES Estudantes de Comunicação da UFMG

mbora reze o dito popular que o som entra por um ouvido e sai pelo outro, alguns ruídos não seguem o mesmo caminho. Mesmo que você não perceba, o barulho intenso, encontrado principalmente nas grandes cidades, pode trazer sérios danos à saúde. Além disso, o fato de a poluição sonora ser menos evidente do que outros tipos de impactos ambientais dificulta tanto a identificação do problema quanto sua gestão.

Como explica o engenheiro eletrônico e doutor em neurofisiologia Fernando Pimentel, com as indústrias, a concentração de pessoas e atividades nas cidades e o crescimento da frota de veículos automotores, os ruídos elevados tornam-se parte do ambiente urbano. "O ruído passa a ser considerado poluição sonora quando produz efeitos adversos à saúde", esclarece a pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Souza.

Apontado como a principal fonte de ruídos em grandes cidades, o trânsito de veículos não é percebido como tal pela população.

Do total de reclamações recebidas pelo programa Disque-Sossego, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da prefeitura de Belo Horizonte, nos cinco primeiros meses de 2007, 55,56% se referem a bares e boates. O comércio responde por 11,87% e os templos religiosos por 7,89%. Denise Sousa explica que "a população encara o ruído de tráfego como um ônus que ela tem que pagar por viver na cidade". No entanto, para o coordenador do Laboratório de Acústica Ambiental da Universidade Federal do Paraná (UFPR), professor Paulo Zannin, mesmo os ruídos inerentes à constituição das cidades, como aqueles produzidos pelo trânsito, representam um sério problema.

Como cada pessoa percebe os ruídos de maneira diferente, o meio mais objetivo de mensurá-los é através de parâmetros físicos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o limite para o conforto auditivo é de 65 decibéis (dB) no estado de vigília, que é quando se está acordado. Para o sono, a OMS recomenda que não se ultrapassem 35 dB. Segundo o coordenador do Laboratório de Acústica e Dinâmica de Estruturas da Escola de Engenharia da UFMG, Marco Antônio Vecci, a média do nível de ruídos de tráfego no centro de BH é de 70 a 78 dB.

O que os olhos não vêem

Fernando Pimentel destaca que "o fato de uma pessoa não se sentir incomodada não significa que o ruído não está lhe causando mal". Para Paulo Zannin, "as pessoas geralmente associam a questão dos ruídos somente à perda auditiva". Mas a surdez é apenas um entre vários efeitos. No estado de vigília, o principal problema é o estresse. De 55 a 65 dB, ele é considerado leve, mas a partir de 65 dB, pode desencadear uma série de problemas, como aumento do ritmo cardíaco e da hipertensão arterial. "Com isso, os infartos e acidentes vasculares cerebrais (AVCs) aumentam", esclarece Fernando Pimentel.

Fernando explica que o sono também é prejudicado pelos altos níveis de ruído. A partir de 35 dB, o sono vai se tornando mais superficial. Durante o período noturno, ruídos intensos como os de bares, restaurantes e festas em residências são os que mais trazem incômodo e prejuízos ao sono da população. É nesse horário que o programa Disque-Sossego recebe maior número de reclamações. O engenheiro civil Frederico Rodrigues, autor de estudos sobre ruídos de tráfego, esclarece que o barulho intenso também traz perda de concentração, dificuldades de aprendizagem nas escolas, baixa produtividade no trabalho.

Há outros males ainda mais desconhecidos. Ruídos superiores a 70 dB podem provocar a liberação de hormônios como o cortisol, que inibe a ação do sistema imunológico, e até mesmo aumentar o colesterol. "As pessoas podem estar 'comendo gordura pelo ouvido", afirma Fernando Pimentel. Como explica Frederico Rodrigues, existe

ainda o "vício em ruído": "a glândula tireóide, por exemplo, é estimulada pelos ruídos, e produz assim hormônios que causam a sensação de prazer. Um bom exemplo é o fato de muitas pessoas não conseguirem dormir sem a TV ligada".

Tráfego

Para a pesquisadora Denise Sousa, da UFRJ, "a população e os próprios tomadores de decisão precisam estar conscientes de que a poluição sonora é um problema de saúde pública". A gestão dos ruídos é bastante complicada, porque envolve diversos setores da administração. O tráfego urbano demonstra essa complexidade.

Uma das formas de controlar os ruídos produzidos pelo trânsito é por meio da inspeção veicular, a fim de garantir a boa manutenção dos veículos. Segundo a assessoria de imprensa do Departamento Nacional de Trânsito, embora essa medida tenha sido estabelecida pelo Código de Trânsito Brasileiro, ainda não foi regulamentada. Está tramitando no Congresso Nacional o Projeto de Lei 5.979/2001, que prevê a regulamentação da inspeção. No entanto, como explica o assistente técnico em meio ambiente da Polícia Militar Ambiental, Major Pimenta, mesmo que cada veículo esteja emitindo ruídos abaixo dos níveis permitidos, ainda pode existir poluição sonora devido à concentração desses veículos.

"Quando se tem um número de veículos circulando em uma via, a velocidade dos veículos, a própria configuração das vias, o desenho dos pneus dos veículos influenciam na emissão sonora", esclarece Denise Sousa. Embora em países do chamado pri-

meiro mundo já exista legislação até mesmo para os ruídos emitidos pelos pneus, no Brasil ainda faltam instrumentos para a gestão dos ruídos de tráfego. A Empresa de Transporte e Trânsito de BH (BHTrans), por exemplo, informou que, em suas vistorias, a emissão de ruídos não é verificada.

Soluções?

O professor Marco Antônio Vecci aponta a necessidade de uma legislação mais precisa, além de melhorias na fiscalização e ações educativas. O planejamento também é apontado como a principal solução. Quando se escolhe o tipo de revestimento utilizado na construção de uma via de tráfego, por exemplo, a questão dos ruídos deveria ser levada em consideração. Segundo o gerente de licenciamento da SMMA, Paulo Freitas, "o planejamento ainda não chega a esse nível de detalhamento".

Além da fabricação de automóveis menos barulhentos e do incentivo à utilização do transporte coletivo, Frederico Rodrigues aponta a construção de barreiras acústicas em vias de intensa circulação de veículos e a melhoria do isolamento acústico das residências como outras medidas possíveis. "Hoje em dia, a preocupação com o isolamento acústico é baixa, tanto em residências de alto luxo quanto nas mais simples", afirma.

Para Denise Sousa, "a eficácia da gestão dos ruídos só vai ser alcançada quando essas medidas estiverem estruturadas no âmbito de uma política pública". O desconhecimento, tanto dos efeitos dos ruídos quanto das possíveis soluções para a questão, por parte da população e dos tomadores de decisão, só agrava o problema.

Nova lei do silêncio em BH gera polêmica

No Brasil, os municípios têm autonomia para criar suas legislações sobre poluição sonora. Na maioria das grandes cidades brasileiras já existe lei que regula a questão dos ruídos. Quando essa legislação não existe, é aplicada a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº 01, de 1990. Ela remete à norma NBR 10.151, que contém os níveis de ruído permitidos nas diferentes áreas das cidades. Essa resolução não trata da emissão de ruídos por veículos automotores, cuja

regulação fica a cargo do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Em BH, está em vigor o Decreto nº 5.893, de 1988, que estabeleceu a política ambiental do município. Em 1997, houve uma atualização da tabela de níveis de ruído permitidos pela lei, por meio do Decreto nº 9.139. Atualmente, a possibilidade da implantação de uma nova lei sobre poluição sonora tem causado polêmica.

O principal motivo da controvérsia é a diminuição dos níveis de emissão sonora permitidos na cidade. "Nós diminuímos em 5 dB os ruídos permitidos nas zonas residenciais, que eram de 50 dB e passarão a ser de 45", explica a vereadora Elaine Matozinhos, autora do projeto que originou a nova lei. Para a gerente de fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Soraya Rodrigues, "muito do que a nova lei estabelece inviabiliza a sua aplicação no município". Belo Horizonte é conhecida como a capital nacional dos bares, e tem no comércio e na prestação de serviços suas principais fontes de renda.

Manuelzão, na rota da cultura

MARIANA GARCIA, MATHEUS JASPER E TAÍS AHOUAGI Estudantes de Comunicação da UFMG

entar para escutar a rabeca e a viola do Seu Nelson Jacó, ter um dedo de prosa com a artesã Dejanira Gonçalves, a Deja, e caminhar em torno da lagoa que fica no centro da cidade de Jequitibá dão uma amostra do cenário que receberá o segundo FestiVelhas. O "FestiVelhas Jequitibá - arte e transformação na capital mineira do folclore", que acontecerá de 6 a 9 de setembro em Jequitibá, busca promover o diálogo entre os debates culturais e ambientais, contribuindo para a construção de novos imaginários na bacia do Rio das Velhas. Para isso, além das apresentações de grupos artísticos, Jequitibá será local para discussões sobre a relação entre cultura e meio ambiente.

O coordenador geral do projeto Manuelzão, Apolo Heringer Lisboa, afirma que, mais do que cobrar das instituições governamentais ações que garantam uma sustentabilidade do ecossistema da bacia, o Projeto busca mudar a forma como a população se relaciona com o ambiente. Por isso, durante o evento, membros da bacia e artistas que se apresentarão no festival terão a oportunidade de dialogar. A intenção é que os participantes possam compartilhar experiências.

E, nesse sentido, os Núcleos Manuelzão também terão um lugar de importância. "Se na primeira edição demos grande espaço para os artistas, desta vez os Núcleos

Foto: Mariana Garcia

Manuelzão serão nossos protagonistas", afirma o coordenador da mobilização do Projeto Manuelzão, Rogério Sepúlveda, que garante que os representantes dessas entidades participarão ativamente de todos os debates. O objetivo é que a mobilização do FestiVelhas não se resuma apenas aos quatro dias do encontro.

Expectativa

"Ainda sou um menino de 77 anos. Meninos gostam de folia. Por isso, é com muito amor e muita honra que recebo o FestiVelhas em Jequitibá", afirma o mestre de Folia de Reis, Nelson Jacó, que mora no município. É com esse sentimento de atenção e acolhida que a população de Jequitibá aguarda ansiosa pelo evento e está preparando tudo para que ele seja uma verdadeira forma de garantir a valorização cultural da região.

O prefeito municipal de Jequitibá, Geraldo Antônio Saturnino, acredita que o festival será uma maneira de fazer com que a atividade turística cresça no município. Os trabalhos são desenvolvidos em várias frentes: programação, discussões, comunicação, segurança, alimentação. O FestiVelhas acontece junto com o já tradicional Festival de Folclore que é realizado anualmente em Jequitibá.

Cultura popular

"Para que um movimento seja considerado cultura popular é necessário que

Festival do Folclore

A cidade de Jequitibá é conhecida como a capital mineira do folclore por possuir uma significativa diversidade de manifestações de cultura popular. A produtora cultural Geovana Jardim, da Jardim Produções, ressalta a pluralidade do festival. Segundo ela, a cidade tem uma riqueza de cultura popular muito grande, com manifestações de todos os tipos

Em 1867, a cidade quase foi elevada à capital de Minas Gerais. O presidente da província na época, José da Costa Machado de Souza, vetou a lei, alegando precariedade do Tesouro Estadual e dificuldades que a mudança acarretaria. "Era para ser capital mineira, porque não ser a capital mineira do folclore?", indaga Saturnino.

Jequitibá é protagonista ainda de várias outras histórias. O município era ponto de parada dos bandeirantes que percorriam Minas Gerais durante o século XVII. Hoje, conta com cerca de 5200 habitantes, é formado por 21 povoados e o distrito de Dr. Campolina (ex-Lagoa Trindade), que já foi um quilombo. A cidade se destaca por abrigar numerosos grupos que mantêm viva a tradição folclórica. Apenas no Festival de Folclore, cerca de 17 grupos se apresentam anualmente.

esteja enraizado nas comunidades, já tenha uma história, uma geografia e uma genealogia também", afirma o professor do departamento de antropologia da Universidade de Brasília, José Jorge de Carvalho. Discutir cultura não é algo muito simples. Para o professor, as valorizações dessas manifestações têm sido incentivadas, mas há ainda muito mais a se fazer. Ele acredita que o mundo está americanizado e que não é fácil manter vivas as manifestações

Igreja do Santíssimo Sacramento, em Jequitibá: a capital mineira do folclore promove o debate e a interação entre cultura e meio ambiente culturais que existem hoje, principalmente em pequenas comunidades.

Geovana Jardim também acredita que é importante que a cultura popular seja valorizada. "O processo de valorização cultural é um processo lento, mas que está sendo interessante. Os próprios grupos têm tratado suas referências com mais interesse, com mais intensidade." Para que esse processo possa acontecer, no entanto, além do incentivo dos governos é importante que os próprios grupos saibam valorizar aquilo que fazem. José Jorge afirma que esses grupos sofrem pressões de vários segmentos da sociedade e, por isso, é preciso tomar cuidado para que tudo não vire simplesmente um grande espetáculo. "As comunidades estão sendo pressionadas pela indústria do turismo, pela indústria cultural, pela indústria do entretenimento, pela lógica política clientelista local. A luta das culturas populares é uma luta por cidadania também. E cidadania dos mestres!", diz.



Serviço

Para mais informações sobre o FestiVelhas consulte: www.manuelzao.ufmg.br - (31) 3248-9818 www.jequitiba.mg.gov.br - (31) 3717-6222



Festival do Folclore

"O município de Jequitibá sempre foi um lugar de festa. Cada região tem um grupo diferente. Na Lagoa de Santo Antônio, na Lagoa dos Veados, Lagoa da Trindade, Campo Alegre... Cada lugar com seu grupo. Todo sábado e domingo, o pessoal saía para cantar num cabarezinho que tinha por lá. Eles faziam serenatas e quadrilhas também. Era o Zé Paulino, o Chico Toco, o Jucão, o João Mampu e eles cantavam de tudo. Tinha até uma que era assim:

Bem-te-vi, bem-te-vi,

Não me queira tapear

Diga lá pro meu amor

Que eu não quero me casar

E o outro respondia:

Lá vem a lua por detrás da pimenteira

Já me dói o céu da boca

De beijar moça solteira

O Festival de Folclore começou como uma festa lá na frente de casa mesmo, como nos velhos tempos. Na época, lá por 1988, eu era o festeiro do Santíssimo Sacramento e pensei 'vou mudar essa festa aqui'. Festa que ninguém nem sabia mais, mas o seu Nelson Jacó sabia. A alma de tudo é o Nelson. Ele ensinava pros meninos e aí a gente fazia a festa. Eles tocavam de tudo. Cavaquinho, banjo, pandeiro, caixa, viola e violão.

Um dia estava sentado na varada da minha casa com o Frei Chico vendo a festa. Aí disse pra ele: 'tô querendo por Jequitibá como a capital mineira do Folclore'. Aí o Frei Chico respondeu: 'Geraldo, Geraldo, você não sabe o que tá falando. Você conhece o vale do Jequitinhonha, Geraldo? 'Bom, lá até tem muito, mas aqui tem muito mais e tudo em um só lugar'. No início, o povo achava que eu era um doido. Mas não desisti não e só parei dois anos atrás por causa da doença. E hoje a festa taí. Grande né?"

Geraldo Inocêncio de Souza, idealizador do Festival do Folclore



Cultura e Meio Ambiente

"Não dá para discutir ambiente se a gente não discute o que está em volta dele", acredita Geovana. A intenção do FestiVelhas é que, ao mesmo tempo em que Jequitibá seja um lugar de convivência, os debates transformem-se em práticas cotidianas, objetivando o sucesso da Meta 2010, que propõe navegar, pescar e nadar no Rio das Velhas. "Quando se fala em revitalizar o Rio das Velhas até 2010, existem aqueles que acreditam e os que não acreditam. É preciso que se mostre também no FestiVelhas o que é o Projeto Manuelzão e quais os objetivos do Projeto. Vai ser uma forma de sensibilizar as pessoas não só de Jequitibá, mas de toda a bacia", espera o membro do Subcomitê do Ribeirão Jequitibá, Nivaldo Santos. "O FestiVelhas vai fortalecer o sentimento de pertencimento à bacia, a identidade do povo com seu rio. Mesmo vivendo em pontos diferentes da bacia, eles partilham de desafios comuns na luta por construir um rio das Velhas melhor", afirma o coordenador do Festivelhas, Marcus Vinicius Polignano.

Casas e prédios "verdes"

Tecnologia para construir edificações sustentáveis existe, mas precisa de incentivo

HUMBERTO SANTOS

Jornalista

Era uma casa muito engraçada
Tinha teto e a água das chuvas coletada
Qualquer um podia entrar nela, sim
Que a luz se acendia e se apagava no fim
Qualquer um podia dormir na rede
Porque na casa tinha tijolos de solo-cimento na parede
Qualquer um podia fazer pipi
Porque o banheiro reutilizava toda água usada ali
Tudo era feito com muito esmero
Na rua dos Inteligentes, com Emissão zero

lgumas das características descritas na paródia da música "A casa" de Vinícius de Moraes, já existem, há algum tempo, como alternativas na hora de construir prédios e casas. Chamadas de racionais, inteligentes ou eficientes, essas edificações são mais discutidas e construídas hoje por causa da crescente preocupação com o Planeta. Construir utilizando-se dos princípios da construção sustentável, ajuda a frear o consumo de matéria-prima e energia, o que pode ajudar a combater o aquecimento global.

Não há uma definição exata do que é a sustentabilidade de uma construção; há sim níveis de sustentabilidade. Basicamente, deve-se utilizar matérias primas renováveis, economizar energia e recursos em sua construção e posterior utilização. Por exemplo, a utilização de aquecedores de água solares confere à edificação um nível de sustentabilidade, já que economiza energia elétrica. Se nessa mesma edificação for implantada a coleta das águas da chuva, sua "classificação" na escala de sustentabilidade aumenta.

O reuso da água de uma residência, a construção da edificação observando-se a incidência da luz solar, sensores de presença que acendem e apagam lâmpadas, materiais de menor impacto ambiental tais como tijolos de solo-cimento, madeiras de reflorestamento como pinus e eucalipto, tintas à base de água, entre outras coisas, são alguns dos exemplos possíveis de sustentabilidade de uma construção.

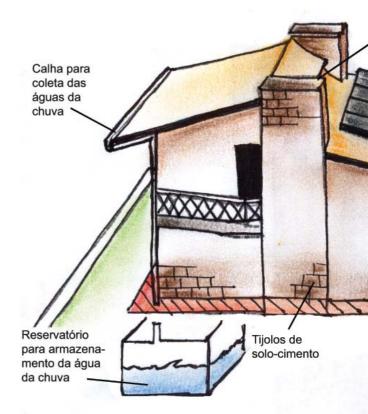
Caminhos

As possibilidades são muitas e podem ser replicadas. Entretanto, por mais que existam "soluções" para a sustentabilidade, essa prática ainda é tímida. "O que falta é mais pesquisa para o aprimoramento e desenvolvimento de novos produtos e maiores incentivos fiscais, além da necessidade que as pessoas tenham mais consciência de suas escolhas no momento de optar por construir ou reformar uma casa", avalia Sílvia Manfredi, da Associação Nacional de Arquitetura Bioecológica (Anab Brasil).

O arquiteto e professor da Universidade de Brasília (UnB), Paulo Marcos Paiva, lembra que é necessário levar em conta a característica de cada local para a escolha das tecnologias e técnicas apropriadas para a edificação. "Se a gente enfocar mais na questão energética por exemplo, teria que ver o clima do local. As soluções genéricas não atendem bem a todos os climas", explica o professor.

A coordenadora do Programa de Mudanças Climáticas e Consumo Sustentável do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, Rachel Biderman, aponta caminhos: "o governo tem um papel fundamental, para aprovar políticas públicas e dar o exemplo. O setor privado tem que investir em tecnologias e gerar produtos sustentáveis; os bancos têm que financiar esse movimento e o cidadão tem o papel de ser um consumidor consciente".

O gerente do Programa Crédito Solidário da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Antônio César Ramos, afirma que o órgão tem "disposição" no sentido de absorver as tecnologias sustentáveis, mas "a iniciativa tem que vir de baixo, ou



Infográfico: Fred Aflalo

seja, de estados, municípios, entidades que estejam mobilizados em torno disso, para que a gente passe a priorizar e alocar recursos para promover esses empreendimentos", afirma.

Selo

Uma outra proposta é a certificação das edificações construídas. Com a averiguação da eficiência energética de uma construção seria possível atribuir "selos", iguais aos que hoje se encontram em geladeiras e lâmpadas, para determinar a eficiência de uma edificação. Com o certificado, o consumidor poderia escolher a construção mais econômica e com o tempo só seriam construídas edificações que atendessem esses parâmetros. Essa idéia é defendida por Paulo Lisboa, vice-presidente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (Asbea). Paulo, que também é conselheiro do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável e membro do Green Building Council Brasil (filial de consultoria norte-americana especializada na avaliação e certificação de prédios "verdes") aponta outros desafios: "os planos diretores passaram a ser exigência no Brasil, mas pouco se incorporou de sustentabilidade neles. Eles têm processo de reavaliação e é possível incorporar esses conceitos de maneira a melhorar os níveis de sustentabilidade dos ambientes construídos". O professor da UnB, Paulo Marcos,

Abertura no alto do teto deixa escapar o ar quente acumulado na casa



Casa eficiente popular

Imagine uma casa que em sua construção não tenha que quebrar um único tijolo para terminar uma parede e que a simples observação da orientação do Sol e dos ventos permite que ela seja arejada e bem iluminada durante todo o dia. Essa casa planejada faz parte das pesquisas do Laboratório de Conforto da Escola de Arquitetura da UFMG. Há dez anos um grupo de alunos iniciaram um projeto de construir uma casa popular confortável e eficiente e que pudesse atender aos programas de habitação popular existentes no Brasil.

Hoje, o projeto de habitação eficiente foi abraçado por outros alunos e professores. Em 2006, foi construído um protótipo dessa casa com 53 m², dois quartos, sala, cozinha e banheiro durante o XVII Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica (Sendi). O custo foi de 35 mil reais, enquanto uma habitação popular do Sistema Nacional de Habitação custa cerca de 29 mil reais. Roberta Vieira, uma das professoras envolvidas no Projeto, diz que o custo será menor numa produção em escala. Alguns municípios, como Paracatu e Betim, estão em negociações para viabilizar esse modelo em seus territórios.

propõe que as prefeituras exijam análise de desempenho ambiental e energético de edifícios para aprovar a liberação do alvará.

A Eletrobrás, por meio do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel Edifica) lançou o documento "Regulamentação para Etiquetagem Voluntária de Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos". Esse estudo, finalizado em julho de 2007, servirá de base para as edificações serem avaliadas e receberem o selo "Procel Edifica" de eficiência energética.

Na sala de aula

Rachel Biderman chama a atenção para que as escolas de arquitetura e engenharia ensinem seus estudantes a usarem as tecnologias de construção sustentável e também a respeitar as características de nosso clima na concepção das edificações. Paulo Marcos Paiva, da UnB, acredita que as instituições brasileiras "já têm essa preocupação". Silvia Manfredi, da Anab, lembra que é assunto "novo", mas que "é necessário que os currículos das faculdades sejam totalmente reformulados. Não basta incluir algumas disciplinas; é preciso mudar o modo de pensar a arquitetura desde o inicio", avalia. Paulo Lisboa, da Asbea, pondera que "os cursos estão começando a incorporar em seus currículos essas matérias, normalmente em cursos de especialização, ou de pós graduação".

Serviço

LABCON (31) 3269-1825

Sistema Nacional de Habitação (SNH)

Ministério das Cidades - (61) 2108-1716 - snh@cidades.gov.br

Sites:

ces.favsp.br/

www.anabbrasil. org

www.asbea.org. br/



22 Conhecendo

Meta 2010

O Sistema Estadual de Meio Ambiente apresentou em 26 de julho o cronograma com os prazos para as principais intervenções de saneamento nas sub-bacias: Arrudas, Onça, Ribeirão da Mata, Sabará, Itabirito, Rio do Peixe e Ribeirão Macacos. A conclusão de grande parte das ações está prevista ainda para esse ano. É na sub-bacia do Ribeirão da Mata que mais acontecerão intervenções: vinte e duas no total. Já a implantação do tratamento secundário na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do ribeirão do Onça e a construção da ETE do ribeirão Itabirito, estão previstas para serem concluídas em 2009.

Vetor Norte

No dia 4 de julho, foi publicado o edital de licitação para a execução do Anel Viário de Contorno Norte da Região Metropolitana, conhecido como Rodoanel. Com recursos de R\$ 700 milhões previstos no PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, a previsão é de que as obras comecem no segundo semestre de 2008. Para isso, elas dependem da Licença de Instalação concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental. Serão 66 km de rodovia começando em Betim até o município de Contagem. O Governo Estadual também iniciou o processo de licitação para as obras do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais, no último dia 18 de julho.

Novos subcomitês

O ribeirão Maracujá está próximo de ter seu subcomitê formado. O ribeirão, situado no município de Ouro Preto, sofre com as voçorocas que chegam a assorear a Usina Hidrelétrica de Rio das Pedras. A próxima reunião do CBH — Velhas discutirá, além da formação do Subcomitê, o problema das voçorocas e do assoreamento essa região. Nessa reunião,

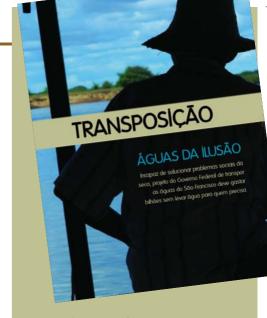
também será formalizada a criação de outro Subcomitê: o do ribeirão Macacos. A documentação está pronta e será entregue para a Câmara Técnica do CBH-Velhas. Outro Subcomitê também está a caminho. Em junho foi criado o núcleo da cidade de Monjolos e o próximo passo é aproximá-lo da cidade de Santo Hipólito, para a criação do subcomitê Rio Pardo, sub-bacia da região.

Romaria por terra e água

Belo Horizonte recebe a 11ª da Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais. O encontro discutirá os problemas sociais, políticos e econômicos relacionados às realidades da água e da terra. Todos os anos, desde 1996, alguma cidade do interior de Minas recebe a Romaria, que pela primeira vez, acontece na capital mineira. A concentração começa às cinco horas da madrugada, no dia 19 de agosto, no Viaduto Ulisses Guimarães (perto da estação de metrô do bairro Calafate), com uma celebração final na Praça da Estação. Exemplares de uma cartilha de preparação para o encontro foram entregues às paróquias. Nela, são feitas reflexões sobre problemas sociais como o desemprego e o alto custo de energia elétrica, associadas à poluição do Rio das Velhas e a uma forte crítica ao projeto de transposição do rio São Francisco.

Parem as máquinas!

No dia 26 de julho, o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Francisco Peçanha Martins, determinou a suspensão do primeiro lote de licitação do projeto de transposição do São Francisco, previsto em mais de 275 milhões de reais. Um consórcio formado por três empresas alegou que o governo modificou os critérios utilizados para habilitar as concorrentes após apresentação das propostas. A decisão suspende a licitação para os outros 13 lotes seguintes.



Em defesa do São Francisco

Para alertar sobre as contradições do projeto de transposição do rio São Francisco, de 19 de agosto a 1º de setembro, um grupo de doze conhecedores do Velho Chico e do Semi-árido percorrerá onze capitais brasileiras. Durante a Caravana, o grupo se reunirá com ministros, governadores, estudantes e outras entidades dos poderes executivo, legislativo e judiciário para discutir as incoerências do projeto e o risco que ele pode causar para a qualidade do rio e para as populações que dependem dele para sobreviver. A Caravana começa em Belo Horizonte e dali parte para Maceió, passando antes pelo Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Natal, Mossoró, Fortaleza, Recife, João Pessoa, Salvador e Aracaju. Durante o movimento, será distribuída a publicação "Transposição, Águas da Ilusão", que reúne os principais argumentos contrários ao projeto do Governo. A revista faz parte da mobilização da Caravana, que dentre muitos membros conceituados, estão Apolo Heringer, João Suassuna e o bispo Dom Luiz Frei Cappio.



Lagoas cársticas em debate

Criar uma ferramenta de gestão para recuperar, revitalizar e manter as lagoas cársticas. É o que pretende o "Seminário Técnico de Lagoas Cársticas" que será realizado no dia 23 de agosto, em Matozinhos. As lagoas cársticas ocorrem em regiões que possuem um relevo de formação calcária e se caracterizam por ter uma variação no nível de água conforme a época do ano, e a presença de vasos que se intercomunicam com outras formações, como grutas, cursos de águas subterrâneas e outras lagoas. Essa característica acentua os problemas por que passam as lagoas. O assoreamento e o despejo de esgoto acabam afetando um espaço maior do que aquele em que esses problemas inicialmente ocorrem. Uma das propostas do Seminário é produzir estudos que sirvam de base a uma Deliberação Normativa que auxilie o processo de licenciamento de intervenções em regiões de lagoas cársticas. O seminário é organizado pelo Subcomitê Ribeirão da Mata.

Taita fazer o Para Casai

VANESSA VEIGA Estudante de Comunicação da UFMG

rabalho não falta: apenas em 2006, foram feitos dez cursos de biomonitoramento, vinte e três seminários regionais e o georeferenciamento de 693 escolas da bacia do Rio das Velhas. Atualmente, 114 escolas realizam atividades corelacionadas ao Projeto Manuelzão, e, ao longo desses dez anos, o trabalho da equipe de educação ambiental, que começou com gincanas nas escolas, contabiliza a produção de oito livros e 41 edições de uma publicação jornalística.

Números expressivos, mas eles conseguem indicar o impacto que o trabalho de educação ambiental já alcançou na bacia? Como afirma a especialista em educação ambiental, Gisele Brandão, a reflexão do trabalho não pode ser feita só a partir de números. Por mais expressivos que eles sejam, são insuficientes para caracterizar a abrangência da educação ambiental do Projeto Manuelzão. É um trabalho que se mistura às atividades de mobilização e de comunicação e que, assim, abrange desde os materiais feitos em núcleos e escolas, até as cinco expedições que já aconteceram no Velhas.

"O Projeto Manuelzão criou seu próprio método de educação ambiental", conta o coordenador-geral do Projeto, Apolo Heringer Lisboa. E é possível dizer que essa "metodologia" se origina de três vertentes. Ela nasceu por meio de referências tradicionais dessa atividade, como palestras e seminários, pela necessidade de responder às metas estabelecidas pelo convênio com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), como a produção de cartilhas e revistas, e por um pouco de empirismo, na experimentação de novas atividades como as expedições.

O lugar da educação ambiental

"O Projeto Manuelzão já surgiu com a intenção de mudar comportamento e, para nós, a educação ambiental está presente em todas as nossas atividades", destaca o coordenador Apolo Heringer. Começou em 1997 com um trabalho focado no espaço escolar e por isso a equipe era chamada de "Manuelzão vai à escola". No final de 2005 ela se une ao pessoal de mobilização e forma o Grupo de Educação e Mobilização, o atual GEM.

Na visão do seu coordenador, Marcus Vinícius Polignano, o trabalho de educação ambiental do Projeto Manuelzão já passou por diferentes fases. A inicial foi marcada por palestras, seminários e gincanas, com o objetivo de promover o conhecimento dos problemas da bacia e apresentar o trabalho do Projeto. Com o convênio com a SEE em 2001, houve um maior acesso à rede pública de ensino. Depois de "mostrar a cara", o Projeto investiu em trabalhos maiores. A grande expedição no Rio das Velhas em 2003, a publi-

cação do PGAE em 2004 e o FestiVelhas em 2005 são momentos em que a sensibilização ganhou força e que se percebeu a necessidade de sair dos muros da escola. A consolidação do GEM, em 2006, e o foco do trabalho por sub-bacias dão o tom da atual fase de atividades de educação ambiental do Projeto Manuelzão.

Dificuldades

Mas esse não foi um trabalho coeso e evolutivo. O coordenador do grupo de mobilização do Projeto, Rogério Sepúlveda, aponta, por exemplo, que o convênio com SEE é fundamental para as ações do Projeto mas carece de uma maior participação da própria Secretaria. O coordenador Apolo Heringer acredita que cabe ao Projeto ter mais energia para dialogar com a SEE. "A gente tem que co-responder mais ao que ela espera, estamos aquém do que poderíamos fazer" afirma Apolo.

A junção de educação ambiental e mobilização no Projeto revela outra dificuldade. As áreas se uniram, mas persiste o problema de estruturar o trabalho. A falta de parcerias com especialistas é apontada como um dos motivos para essa dificuldade. Gisele Brandão afirma que a Universidade ainda se mantém presa aos seus muros: "políticas públicas e Universidade têm se mantido em duas esferas separadas." Rogério Sepúlveda aponta outra razão: "se quisermos fazer parcerias com universidades, é preciso um mínimo de estrutura. Temos que encontrar um modelo que agregue as parcerias".

Foto: Arquivo Escola Municipal Anne Frank





CUIDAR BEM DO MEIO AMBIENTE É MOTIVO DE ORGULHO PARA OS MINEIROS. LEVANTAR O TROFÉU, TAMBÉM.

MINAS GERAIS. VENCEDORA DO I PRÊMIO BRASIL DE MEIO AMBIENTE.

O Governo de Minas, por intermédio da COPASA, vem cuidando muito bem do meio ambiente em Minas Gerais. São inúmeras ações realizadas no Estado, sendo que o trabalho para a recuperação do Rio das Velhas, um dos principais afluentes do Rio São Francisco, já rendeu o I Prêmio Brasil de Meio Ambiente. A COPASA, empresa de saneamento do Estado, tem hoje 16 Estações de Tratamento de Esgoto em operação nas cidades que fazem parte da bacia do Rio das Velhas, o que vem contribuindo muito para a sua despoluição. O objetivo é cumprir a Meta 2010, idealizada pelo Projeto Manuelzão e abraçada pelo Governo de Minas, que prevê a navegação, a pesca e a natação no Rio das Velhas a partir de 2010. Um sonho que, com a dedicação da COPASA e a ajuda integrada dos municípios envolvidos, tem tudo para se tornar realidade.



